

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO:  
EVIDÊNCIAS E DESAFIOS ENTRE 2024 E 2026**

**THE PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN PUBLIC EDUCATION SYSTEMS:  
EVIDENCE AND CHALLENGES FROM 2024 TO 2026**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-040>

**Jean Carlos Pelozato**

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University  
E-mail: jean.pelozato@sed.sc.gov.br

**Alessandra Verginelli Turatto**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University. Licenciada em Pedagogia  
pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
E-mail: alessandraturatto29176@student.mustedu.com

**Felipe Antonio Xavier Andrade**

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University  
E-mail: felipexavier@uol.com.br

**Fernanda Freitas de Araújo**

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University  
E-mail: fernanda\_freitas20102010@hotmail.com

**Maria do Socorro Melo**

Mestre em Administração de Empresas pela Must University  
E-mail: prasocorromelo@gmail.com

**Alexandre Queiroz Britto**

Mestrando em Psicologia Organizacional pela Must University  
E-mail: alexqbrito@gmail.com

**Nelcicleia da Silva Tavares Honda**

Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Roraima - UERR  
E-mail: cleia.honda@gmail.com

**Eugênio Jesus Santana**

Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School — CBS e mestre em Tecnologias  
Emergentes em Educação pela MUST University  
E-mail: eugeniojsant@gmail.com

**Resumo**

A precarização do trabalho docente consolidou-se como um dos principais desafios da educação pública brasileira, intensificando-se nos anos posteriores à pandemia e assumindo novas configurações entre 2024 e 2026. O presente estudo tem como objetivo analisar as evidências recentes acerca da precarização das

condições de trabalho dos professores das redes públicas de ensino, identificando seus principais determinantes, impactos sobre a saúde docente, a qualidade do ensino e os desafios para a formulação de políticas públicas. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em artigos científicos nacionais e internacionais, documentos oficiais e relatórios institucionais publicados prioritariamente entre 2024 e 2026, complementados por referenciais clássicos indispensáveis à compreensão do fenômeno. A análise evidencia que a intensificação da carga laboral, a expansão das atividades burocráticas, a insuficiência de recursos pedagógicos, a desvalorização profissional, a ampliação dos vínculos temporários, a sobrecarga decorrente da incorporação das tecnologias digitais e o adoecimento físico e mental constituem fatores centrais da precarização contemporânea. Observa-se ainda que tais condições comprometem a permanência dos profissionais na carreira, reduzem a atratividade da profissão docente e afetam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Conclui-se que o enfrentamento desse cenário exige políticas estruturantes voltadas à valorização profissional, ao cumprimento do piso salarial nacional, à melhoria das condições de trabalho, à redução da sobrecarga administrativa, ao fortalecimento da formação continuada e à promoção da saúde ocupacional dos docentes. O estudo contribui para ampliar o debate científico acerca das transformações recentes do trabalho docente e subsidia reflexões para gestores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Educação Pública; Políticas Educacionais; Precarização; Trabalho Docente; Valorização Docente.

### Abstract

The precarization of teaching work has become one of the main challenges facing Brazilian public education. This problem intensified in the post-pandemic years and took on new forms between 2024 and 2026. This study aims to analyze recent evidence concerning the precarization of working conditions among teachers in public education systems, identifying its main determining factors, its impacts on teachers' health and the quality of education, and the challenges it poses to the development of public policies. This narrative literature review is based on Brazilian and international scientific articles, official documents, and institutional reports published primarily between 2024 and 2026, supplemented by key classical references essential to understanding the phenomenon. The analysis shows that intensified workloads, increased bureaucratic demands, insufficient pedagogical resources, professional devaluation, the expansion of temporary employment contracts, the additional burden arising from the incorporation of digital technologies, and declining physical and mental health are central factors in the contemporary precarization of teaching work. These conditions also undermine teachers' retention in the profession, reduce the attractiveness of teaching careers, and directly affect teaching and learning processes. It is concluded that

addressing this situation requires structural policies aimed at enhancing professional recognition, ensuring compliance with the national minimum salary for teachers, improving working conditions, reducing administrative overload, strengthening continuing professional development, and promoting teachers' occupational health. This study contributes to expanding the academic debate on recent transformations in teaching work and provides a basis for reflection among education administrators, researchers, and educational policymakers.

**Keywords:** Educational Policies; Precarization; Public Education; Teacher Valuation; Teaching Work.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho docente ocupa posição estratégica na garantia do direito à educação e na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural das nações. Entretanto, nas últimas décadas, profundas transformações nas políticas educacionais, nas relações de trabalho e nos modelos de gestão pública intensificaram os processos de flexibilização laboral, aumento das exigências profissionais e ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores. Entre 2024 e 2026, esses fenômenos tornaram-se ainda mais evidentes, impulsionados pela consolidação das mudanças implementadas no período pós-pandemia, pela expansão das tecnologias digitais no cotidiano escolar e pelas persistentes dificuldades de financiamento e valorização da educação pública (Oliveira, 2004).

A precarização do trabalho docente caracteriza-se pela deterioração das condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, manifestando-se por meio da intensificação da jornada, da ampliação das demandas burocráticas, da instabilidade dos vínculos empregatícios, da insuficiência de infraestrutura, da desvalorização salarial e do comprometimento da saúde física e mental dos professores. Tal processo ultrapassa a dimensão econômica, alcançando aspectos relacionados à identidade profissional, à autonomia pedagógica, à qualidade da prática educativa e às condições necessárias para a permanência na carreira.

Segundo Cunha et al. (2024) a profissão docente enfrenta um cenário crescente de desgaste ocupacional, marcado por elevados índices de estresse, ansiedade, síndrome de burnout, afastamentos por adoecimento e redução da satisfação profissional. Paralelamente, observa-se o aumento da escassez de professores em diferentes sistemas educacionais, fenômeno que tem despertado preocupação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2024) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2024), que alertam para uma crise global de valorização e retenção de docentes.

No contexto brasileiro, a precarização manifesta-se de forma heterogênea entre estados e municípios, sendo influenciada por desigualdades regionais, limitações orçamentárias, crescimento das contratações temporárias, dificuldades para implementação do Piso Salarial Profissional Nacional do

Magistério, regulamentado pela Lei nº 11.738/2008 (Brasil, 2008). Soma-se a esse cenário a incorporação acelerada das tecnologias digitais e da inteligência artificial nos processos educacionais, que, embora ampliem possibilidades pedagógicas, também introduzem novas demandas de formação, adaptação tecnológica e intensificação das atividades extraclasse (OCDE, 2024).

Além dos fatores estruturais, o período entre 2024 e 2026 evidencia desafios relacionados ao aumento da violência escolar, à judicialização das relações educacionais, à pressão por resultados em avaliações externas, ao crescimento das demandas socioemocionais dos estudantes e à ampliação das funções exercidas pelos professores, que frequentemente extrapolam suas atribuições pedagógicas. Como consequência, verifica-se um ambiente de trabalho cada vez mais complexo, exigindo elevados níveis de resiliência profissional diante de condições frequentemente incompatíveis com uma educação pública de qualidade (Cunha et al., 2024).

Nesse contexto, compreender as múltiplas dimensões da precarização docente torna-se imprescindível para subsidiar políticas públicas capazes de fortalecer a carreira, melhorar as condições de trabalho e garantir maior qualidade aos processos de ensino e aprendizagem. Embora existam numerosos estudos sobre valorização docente, observa-se que as transformações ocorridas entre 2024 e 2026 ainda demandam sistematizações que integrem as evidências científicas mais recentes, especialmente diante das novas configurações impostas pela digitalização da educação, pelas mudanças no mercado de trabalho e pelas políticas de gestão educacional.

Diante dessa lacuna, estabelece-se a seguinte questão-problema: quais evidências científicas produzidas entre 2024 e 2026 revelam as principais manifestações da precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino e seus impactos sobre a saúde, a valorização profissional e a permanência dos professores na carreira?

Com base nessa questão, este estudo tem como objetivo analisar as evidências científicas publicadas entre 2024 e 2026 acerca da precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino, identificando seus principais determinantes, impactos sobre a saúde e o desempenho profissional dos professores, bem como os desafios contemporâneos para a construção de políticas públicas voltadas à valorização da docência e à sustentabilidade da profissão. A investigação pretende contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o trabalho docente contemporâneo, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores educacionais e formuladores de políticas comprometidos com a melhoria da educação pública brasileira.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

A precarização do trabalho docente constitui um fenômeno histórico associado às transformações do mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas. Nesse processo, a flexibilização dos vínculos e a redução das formas estáveis de emprego modificaram as relações de trabalho e ampliaram situações de insegurança laboral. Como observa Antunes (2002):

O capital tem cada vez menos necessidade do trabalho estável e protegido e passa a demandar, de modo crescente, formas flexíveis, parciais, terceirizadas e precarizadas de trabalho. Essa nova morfologia do trabalho amplia a insegurança, fragmenta a classe trabalhadora e dissolve direitos historicamente conquistados, criando um cenário de intensificação da exploração e de corrosão das garantias sociais que sustentavam o emprego formal (Antunes, 2002, p. 44-45).

Essa lógica também alcança a docência, uma vez que o professor, embora desenvolva uma atividade marcada por especificidades próprias, permanece inserido nas relações sociais e econômicas que organizam o trabalho. Nessa perspectiva, Orso e Fernandes (2011) afirmam:

[...] por mais diferenciado que seja o professor, ele continua sendo um trabalhador; um trabalhador que não tem o controle de sua produção, não tem o controle sobre sua vida. O professor lida com o conhecimento e este, na sociedade capitalista, também é compreendido como uma mercadoria (Orso & Fernandes, 2011, p. 37).

Essa compreensão permite situar a precarização docente para além das questões estritamente pedagógicas, relacionando-a às formas de organização e valorização do trabalho. No campo educacional, Oliveira (2004) afirma que esse processo resultou na ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores sem a correspondente valorização salarial, melhoria das condições de trabalho ou fortalecimento da carreira. Nesse contexto, Freitas (2018) acrescenta que a racionalidade gerencial incorporada às políticas públicas educacionais passou a priorizar indicadores de desempenho, produtividade e responsabilização docente, deslocando o foco das condições estruturais para os resultados individuais dos profissionais.

Apesar de estar submetido às transformações que atingem o mundo do trabalho, o trabalho docente possui especificidades relacionadas à própria função social da educação. Saviani (2003) define o trabalho educativo nos seguintes termos:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2003, p. 13).

A concepção apresentada por Saviani evidencia que a atividade docente não se limita à execução de tarefas ou à transmissão de conteúdos, pois envolve uma ação intencional de formação humana. Essa particularidade ajuda a compreender a complexidade das exigências que recaem sobre o professor.

Segundo Tardif (2014), o trabalho docente caracteriza-se pela elevada complexidade, uma vez que envolve dimensões cognitivas, emocionais, éticas e relacionais que extrapolam a simples transmissão de conteúdos. Nóvoa (2022) complementa que ensinar tornou-se uma atividade marcada por crescente sobrecarga profissional, exigindo do professor competências tecnológicas, capacidade de gestão de conflitos, mediação socioemocional, adaptação curricular e atualização permanente. Para Imbernón (2017), essa multiplicidade de atribuições amplia significativamente a intensidade do trabalho docente, especialmente quando não é acompanhada por políticas consistentes de valorização profissional e formação continuada.

No cenário internacional, a UNESCO (2024) alerta que a profissão docente enfrenta uma crise global de atratividade, decorrente da deterioração das condições de trabalho, da desvalorização social e da escassez crescente de profissionais qualificados. De forma convergente, a OCDE (2024), por meio do relatório *Education at a Glance*, demonstra que diversos países enfrentam dificuldades para recrutar e reter professores, sobretudo em áreas estratégicas e em regiões socialmente vulneráveis. Para Darling-Hammond (2017), a valorização docente constitui um dos principais determinantes da qualidade dos sistemas educacionais, sendo imprescindível assegurar remuneração adequada, estabilidade profissional, condições dignas de trabalho e oportunidades permanentes de desenvolvimento profissional.

## 2.2 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS REDES PÚBLICAS

A intensificação do trabalho docente representa uma das principais manifestações da precarização contemporânea. Conforme Oliveira (2004), as reformas educacionais ampliaram significativamente as atribuições dos professores, incorporando funções administrativas, burocráticas e socioassistenciais que anteriormente não integravam suas responsabilidades profissionais. Essa ampliação das demandas produz aumento da carga cognitiva e emocional, reduzindo o tempo disponível para planejamento pedagógico, estudos e aperfeiçoamento profissional. Ao discutir esse processo, Oliveira (2007, p. 369) observa:

As velhas estruturas hierárquicas e estáveis vão sendo substituídas por outras, mais flexíveis, porém muito mais instáveis. A segurança obtida por meio de estruturas que são tradicionalmente conhecidas [...] vai se perdendo. [...] Estamos diante de uma nova regulação, em que o estatuto profissional burocrático vai perdendo sua força orientadora frente à emergência de uma outra orientação, fundada no contrato permanente, exigente de maior diálogo e, por isso mesmo, muito mais instável e sujeita ao risco.

A análise de Oliveira permite relacionar a intensificação do trabalho docente não apenas ao aumento das tarefas, mas também às mudanças na organização do trabalho, marcadas por maior flexibilidade, instabilidade e redefinição das formas de regulação profissional.

Antunes (2020) argumenta que a intensificação do trabalho decorre da lógica contemporânea de flexibilização produtiva, na qual menos trabalhadores executam um número crescente de atividades sob maior pressão por desempenho. No ambiente escolar, Libâneo (2017) observa que os docentes passaram a responder simultaneamente por planejamento, elaboração de relatórios, alimentação de sistemas informatizados, avaliações externas, atendimento às famílias, mediação de conflitos, utilização de plataformas digitais e desenvolvimento de competências socioemocionais dos estudantes. Segundo Gatti, Barreto e André (2019), essa multiplicidade de funções compromete a qualidade do trabalho pedagógico ao reduzir o tempo destinado às atividades diretamente relacionadas ao ensino. A intensificação também se manifesta quando as atividades profissionais ultrapassam o tempo formalmente destinado à jornada de trabalho e passam a ocupar períodos que deveriam ser reservados ao descanso, ao lazer e à vida pessoal. Duarte et al. (2008, pp. 226–227) descrevem essa situação ao afirmar que:

Mesmo fora da escola, os professores desempenham tarefas concretas relacionadas à docência, além de se preocuparem com os alunos. A preparação das aulas, por exemplo, acontece na maioria das vezes à noite, juntamente com outras atividades [...], uma vez que parcela significativa de professores trabalha em dois turnos ou mais [...]. Há também a presença marcante do trabalho doméstico entre as professoras, que representa uma carga de trabalho agregada. Com isso, o tempo de descanso e de lazer e o espaço para a criação eram comprometidos [...].

Esse aspecto amplia a compreensão da jornada docente, pois parte das atividades necessárias ao exercício profissional é realizada fora da escola e, muitas vezes, fora do horário formal de trabalho. Nesse sentido, a sobrecarga não se limita ao número de aulas ministradas, mas alcança o planejamento, a correção de atividades, a preparação de materiais e outras demandas que ocupam o tempo pessoal do professor.

Darling-Hammond (2017) destaca que países com melhores indicadores educacionais investem na redução da carga burocrática dos professores, assegurando maior tempo para planejamento colaborativo, inovação pedagógica e formação continuada. Em sentido semelhante, Fullan (2020) defende que políticas educacionais eficazes priorizam o fortalecimento da autonomia profissional, evitando modelos excessivamente centrados em controle administrativo e responsabilização individual.

## 2.3 PRECARIZAÇÃO, ADOECIMENTO E SAÚDE MENTAL DOCENTE

A literatura consultada aponta uma relação entre a precarização das condições de trabalho e o adoecimento físico e mental dos professores. Dejours (2017) explica que a intensificação das exigências laborais, associada à ausência de reconhecimento profissional, favorece o surgimento de sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Esse sofrimento manifesta-se por elevados níveis de estresse, ansiedade, exaustão emocional e perda do sentido atribuído à atividade profissional.

Em estudo recente sobre a saúde mental docente, Massuia et al. (2026) relacionam esse processo não apenas à ampliação das exigências profissionais, mas também às novas demandas incorporadas ao cotidiano dos professores. Segundo os autores:

[...] impõe-se ao professor a necessidade de apropriação de novos saberes, muitas vezes não contemplados em sua formação inicial. Ademais, fatores como a intensificação do trabalho docente, as crescentes demandas de interação com as famílias e o desgaste emocional configuram-se como elementos que potencializam o adoecimento desses profissionais. (Massuia et al., 2026, p. 8).

A contribuição dos autores aproxima o adoecimento docente das condições concretas em que a profissão vem sendo exercida. Maslach e Leiter (2022) identificam a síndrome de burnout como uma das principais consequências da sobrecarga ocupacional enfrentada pelos docentes, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. Para Carlotto (2012), professores submetidos a jornadas extensas, múltiplos vínculos empregatícios e ambientes escolares marcados por conflitos apresentam maior vulnerabilidade ao adoecimento psicológico e ao afastamento laboral.

Dados apresentados pela UNESCO (2024) indicam que a saúde mental tornou-se uma das principais preocupações das políticas educacionais contemporâneas, especialmente após os impactos provocados pela pandemia de COVID-19. Paralelamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) reconhece o burnout como fenômeno ocupacional associado às condições de trabalho, reforçando a necessidade de intervenções institucionais voltadas à promoção da saúde laboral. Para Nóvoa (2022), não é possível discutir qualidade da educação sem considerar a qualidade das condições de trabalho oferecidas aos professores.

## 2.4 CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS, VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A expansão das contratações temporárias constitui um dos principais indicadores da precarização do trabalho docente nas redes públicas brasileiras. Conforme Oliveira (2022), a substituição gradual dos vínculos efetivos por contratos precários fragiliza a estabilidade profissional, reduz perspectivas de carreira

e compromete a continuidade das práticas pedagógicas. Essa tendência também amplia a rotatividade docente, dificultando a consolidação de projetos educacionais de longo prazo.

Ao examinarem as condições de trabalho dos docentes temporários, Ferreira e Abreu (2014) identificam diferentes elementos associados à precarização, entre eles a atuação fora da área de formação, jornadas extensas distribuídas entre várias escolas, necessidade de outras ocupações profissionais, instabilidade, rotatividade, insegurança quanto ao futuro e desvalorização profissional e social. Os autores também chamam atenção para situações de discriminação no ambiente de trabalho e para a reduzida participação desses profissionais em organizações coletivas.

Ao discutirem as condições de trabalho dos professores submetidos a vínculos laborais mais instáveis, Silva e Motta (2019) utilizam a expressão “precariado professoral” para caracterizar profissionais expostos simultaneamente à insegurança contratual, à sobrecarga e à ausência de perspectivas de carreira. Segundo os autores:

Os vínculos atípicos que têm surgido nos últimos anos e se alastraram a partir da década de 1990 nos levaram a identificar o precariado professoral como uma camada do professorado composta por profissionais que vivem sob condições degradantes, aliando sobrecarga profissional, falta de perspectiva de uma carreira com acréscimos salariais ou licenças especiais decorrentes do tempo de serviço, baixa remuneração, insegurança, desamparo, ausência de salário no período de férias, em que não vigora o contrato, falta de reconhecimento e valorização social. (Silva & Motta, 2019, p. 10).

A caracterização apresentada por Silva e Motta (2019) evidencia que a precariedade dos vínculos não se restringe à duração do contrato. Ela alcança aspectos relacionados à remuneração, à progressão profissional, aos direitos trabalhistas, à segurança ocupacional e ao reconhecimento social. Dessa forma, a discussão sobre contratação temporária também envolve as condições oferecidas ao professor para permanecer e construir uma trajetória profissional na rede de ensino.

Saviani (2021) afirma que a valorização dos profissionais da educação depende da articulação entre remuneração adequada, formação inicial e continuada de qualidade, carreira estruturada e condições dignas de trabalho. Em consonância, Gatti, Barretto e André (2019) ressaltam que políticas voltadas exclusivamente para formação docente mostram-se insuficientes quando não são acompanhadas por investimentos estruturais na profissão. Para Freitas (2018), a valorização docente deve constituir política de Estado, e não apenas iniciativas pontuais sujeitas às mudanças de governo.

No plano internacional, Darling-Hammond (2017) demonstra que sistemas educacionais de alto desempenho, como Finlândia, Canadá e Singapura, mantêm políticas permanentes de valorização profissional, investimento em formação continuada, estabilidade na carreira e autonomia pedagógica. A UNESCO (2024) reforça que enfrentar a escassez mundial de professores exige ações integradas que contemplem salários competitivos, ambientes de trabalho saudáveis, desenvolvimento profissional

contínuo e fortalecimento da profissão docente como estratégia essencial para a garantia da educação de qualidade prevista na Agenda 2030.

Dessa forma, a precarização do trabalho docente não constitui fenômeno isolado, mas expressão das transformações estruturais ocorridas nas relações de trabalho e nas políticas educacionais contemporâneas. Superar esse cenário exige investimentos contínuos na valorização profissional, melhoria das condições de trabalho, fortalecimento das carreiras públicas, promoção da saúde ocupacional e construção de políticas educacionais sustentáveis capazes de assegurar tanto o bem-estar dos professores quanto a qualidade da educação pública.

### **3 METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida com o objetivo de analisar as evidências científicas acerca da precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino, com ênfase nas produções publicadas entre os anos de 2024 e 2026. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica permite reunir, analisar e interpretar conhecimentos produzidos sobre determinado fenômeno, possibilitando a construção de uma compreensão crítica acerca do estado atual da produção científica. Conforme Rother (2007), esse método permite discutir criticamente os avanços do conhecimento em determinada área, articulando resultados de diferentes estudos sem a obrigatoriedade dos protocolos rígidos característicos das revisões sistemáticas.

A estratégia de busca foi realizada entre maio e julho de 2026, contemplando publicações indexadas nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ERIC (Education Resources Information Center), Scopus, Web of Science e Google Scholar, além de documentos produzidos por organismos nacionais e internacionais.

Foram utilizados, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores em português e inglês: “trabalho docente”, “precarização do trabalho”, “valorização docente”, “condições de trabalho docente”, “saúde do professor”, “teacher working conditions”, “teacher shortage”, “teacher well-being”, “teacher workload” e “teacher burnout”, empregando operadores booleanos AND e OR para ampliar a sensibilidade das buscas.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos, livros, capítulos de livros, documentos técnicos, relatórios institucionais e legislações publicados prioritariamente entre 2024 e 2026, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que abordassem diretamente as condições de trabalho dos professores da educação básica pública. Também foram incorporadas obras clássicas de reconhecida relevância científica, como as de Antunes, Tardif, Nóvoa, Saviani e Oliveira, por constituírem referenciais indispensáveis para a compreensão histórica e conceitual do fenômeno investigado.

Foram excluídos estudos duplicados, publicações sem rigor científico, trabalhos de opinião, resumos de eventos, textos sem acesso ao conteúdo completo e pesquisas cuja temática não apresentasse relação direta com a precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino.

Após a seleção do material, realizou-se leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa das publicações selecionadas. A organização dos dados fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2016), permitindo identificar categorias analíticas recorrentes na literatura. As evidências foram agrupadas em quatro eixos principais: (a) intensificação e organização do trabalho docente; (b) precarização dos vínculos e valorização profissional; (c) saúde física e mental dos professores; e (d) desafios contemporâneos e perspectivas para as políticas públicas educacionais.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise das publicações selecionadas entre 2024 e 2026 permite situar a precarização do trabalho docente entre os problemas que dificultam a melhoria das condições da educação pública brasileira. Nas obras consultadas, a questão não aparece restrita à remuneração. Ela é relacionada também à intensificação da jornada, à fragilidade das carreiras, ao aumento das exigências burocráticas, ao adoecimento ocupacional, aos contratos temporários, às limitações estruturais das escolas e à responsabilização dos professores pelos resultados educacionais (Oliveira, 2024; UNESCO, 2024; OCDE, 2024).

Para facilitar a compreensão dos resultados, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais eixos identificados na literatura, relacionando os achados, suas repercussões e os autores que fundamentam a análise.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: EVIDÊNCIAS E DESAFIOS  
ENTRE 2024 E 2026

Quadro 1 – Síntese dos resultados sobre a precarização do trabalho docente

| Eixo de análise                                             | Principais resultados identificados                                                                                                                                                | Repercussões                                                                                         | Autores e documentos                                                             |
|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Intensificação e organização do trabalho docente</b>     | Sobrecarga, ampliação das funções, exigências burocráticas, alimentação de plataformas digitais, elaboração de relatórios e redução do tempo destinado ao planejamento pedagógico. | Exaustão, perda de autonomia e comprometimento do trabalho pedagógico.                               | Oliveira (2022); Libâneo (2017); Antunes (2020); Tardif (2014); Nóvoa (2022).    |
| <b>Precarização dos vínculos e valorização profissional</b> | Crescimento das contratações temporárias, instabilidade funcional, fragilidade dos planos de carreira e desvalorização salarial.                                                   | Insegurança ocupacional, descontinuidade das práticas pedagógicas e menor atratividade da carreira.  | Oliveira (2022); Saviani (2021).                                                 |
| <b>Saúde física e mental dos professores</b>                | Aumento de estresse, ansiedade, depressão, burnout, exaustão emocional e afastamentos por adoecimento.                                                                             | Redução da satisfação profissional, comprometimento da identidade docente e evasão da carreira.      | Carlotto (2012); Maslach e Leiter (2022); Dejours (2017); Massuia et al. (2026). |
| <b>Desafios contemporâneos e políticas públicas</b>         | Digitalização sem infraestrutura e formação adequadas, desigualdades regionais, escassez de professores e limitações estruturais das escolas.                                      | Ampliação das desigualdades educacionais e comprometimento da qualidade do ensino e da aprendizagem. | UNESCO (2024); OCDE (2024); Darling-Hammond (2017); INEP (2024).                 |
| <b>Perspectivas de enfrentamento</b>                        | Fortalecimento da carreira, remuneração digna, estabilidade, formação continuada, melhoria da infraestrutura, autonomia pedagógica e promoção da saúde docente.                    | Valorização profissional, maior permanência na carreira e fortalecimento da educação pública.        | Gatti, Barreto e André (2019); Freitas (2018); Fullan (2020).                    |

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos analisados (2026).

Entre os aspectos discutidos nas publicações consultadas está a intensificação do trabalho docente. Oliveira (2022) observa que os professores passaram a assumir funções que vão além das atividades diretamente relacionadas ao ensino, como tarefas administrativas, alimentação de plataformas digitais, elaboração de relatórios, planejamento individualizado, acompanhamento de estudantes com necessidades específicas, atendimento às famílias e participação em avaliações externas. Libâneo (2017), por sua vez, argumenta que a docência passou a incorporar demandas administrativas e tecnológicas que podem reduzir o tempo disponível para o planejamento pedagógico e o desenvolvimento profissional.

Essa discussão também pode ser relacionada às análises de Antunes (2020), que associa as transformações nas relações de trabalho a processos de intensificação laboral e ao aumento das exigências de produtividade. No campo educacional, Tardif (2014) chama atenção para a complexidade cognitiva, emocional e social presente na profissão docente, aspecto que ajuda a compreender os efeitos da ampliação das responsabilidades atribuídas aos professores. Nóvoa (2022) acrescenta que o professor contemporâneo

desempenha diferentes funções — educador, mediador, orientador, gestor e agente socioemocional — nem sempre acompanhadas de condições de trabalho compatíveis com essas responsabilidades.

A precarização dos vínculos empregatícios também aparece nas discussões examinadas. As publicações consultadas relacionam a contratação temporária à redução da estabilidade profissional, à dificuldade de continuidade das práticas pedagógicas e aos limites encontrados na construção de carreiras mais estáveis. Oliveira (2022) interpreta a expansão desses contratos como parte de estratégias de flexibilização administrativa que podem reduzir custos imediatos para os sistemas de ensino, mas também produzir insegurança ocupacional e fragilizar a valorização profissional. Saviani (2021) argumenta que a valorização docente envolve carreira estruturada, remuneração compatível, formação continuada e condições adequadas para o exercício profissional, dimensões que podem ser afetadas em situações de vínculo precário.

O adoecimento docente constitui outra questão presente nas obras examinadas. Carlotto (2012) aborda problemas relacionados ao estresse ocupacional, à ansiedade, à depressão e à síndrome de burnout entre profissionais da educação básica. Maslach e Leiter (2022) relacionam ambientes de trabalho marcados por sobrecarga, baixa autonomia, falta de reconhecimento e exigências constantes ao desenvolvimento da exaustão emocional e à redução da satisfação profissional. Na perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Dejours (2017) argumenta que o sofrimento ocupacional pode surgir quando as exigências profissionais ultrapassam os recursos disponíveis para a realização do trabalho, afetando a identidade profissional e a saúde mental dos trabalhadores.

Os documentos internacionais consultados ampliam essa discussão. A UNESCO (2024) aponta dificuldades relacionadas à atratividade da carreira docente, ao recrutamento de novos profissionais e à permanência de professores na profissão em diferentes sistemas educacionais. A OCDE (2024) também aborda a escassez de docentes como uma questão enfrentada por diferentes países e associa seu enfrentamento a políticas de valorização profissional, desenvolvimento de carreira e melhoria das condições de trabalho. Darling-Hammond (2017), ao discutir sistemas educacionais com resultados considerados positivos, destaca aspectos como remuneração, estabilidade funcional, autonomia pedagógica, formação continuada e políticas de apoio aos professores.

A presença crescente das tecnologias digitais no cotidiano escolar constitui outro ponto abordado pela literatura. Embora esses recursos ampliem possibilidades pedagógicas, sua incorporação pode ocorrer sem que infraestrutura, suporte técnico e formação profissional avancem no mesmo ritmo. Almeida e Valente (2011) já destacavam que a integração das tecnologias ao currículo depende da articulação entre recursos tecnológicos e formação pedagógica. Araripe e Lins (2020) discutem a importância das competências digitais para o exercício da docência, enquanto Arruda (2020) analisa como as experiências de ensino remoto ampliaram demandas relacionadas ao uso das tecnologias educacionais. Desse modo, os

recursos digitais podem tanto favorecer novas práticas pedagógicas quanto acrescentar tarefas e responsabilidades ao cotidiano dos professores.

No Brasil, as diferenças existentes entre redes e regiões também precisam ser consideradas nessa discussão. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) apontam variações relacionadas à infraestrutura escolar, à remuneração, à formação continuada e à disponibilidade de recursos pedagógicos. Essas diferenças ajudam a compreender por que as condições de trabalho docente não se apresentam da mesma maneira em todas as redes públicas de ensino e podem assumir características distintas de acordo com o contexto local e com a capacidade de financiamento educacional.

A valorização profissional também ocupa espaço importante nas obras consultadas. Gatti, Barreto e André (2019) argumentam que iniciativas de formação continuada precisam estar articuladas às condições concretas em que o professor exerce sua atividade. Freitas (2018) defende uma política de valorização que contemple remuneração, carreira, condições de trabalho e redução da sobrecarga burocrática. Fullan (2020), ao discutir processos de mudança educacional, ressalta a importância da confiança institucional, da colaboração entre professores e do investimento no desenvolvimento profissional das equipes escolares.

A partir das contribuições examinadas, a precarização do trabalho docente pode ser compreendida como uma questão formada por diferentes dimensões que se relacionam entre si. Sobrecarga de atividades, condições de trabalho, vínculos profissionais, valorização da carreira e saúde docente aparecem na literatura como elementos que ajudam a explicar as dificuldades enfrentadas pelos professores no exercício da profissão. Seus efeitos não se restringem à experiência profissional dos docentes, pois também podem repercutir na organização do trabalho pedagógico e nas condições em que se desenvolvem os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, as publicações consultadas apontam para a importância de políticas que articulem valorização profissional, estabilidade dos vínculos, condições adequadas de trabalho, formação continuada e atenção à saúde dos professores. O enfrentamento da precarização, portanto, envolve medidas que considerem tanto as condições concretas de exercício da docência quanto as diferenças existentes entre redes e sistemas de ensino. Essa perspectiva permite compreender a valorização docente não como uma ação isolada, mas como parte das condições necessárias para o fortalecimento da educação pública.

## **5 CONCLUSÃO**

A presente revisão evidenciou que a precarização do trabalho docente nas redes públicas de ensino permanece como um fenômeno estrutural e multifacetado, intensificado pelas transformações ocorridas no período de 2024 a 2026. As evidências científicas analisadas demonstram que a deterioração das condições de trabalho dos professores extrapola a dimensão salarial, envolvendo a intensificação da jornada laboral,

a ampliação das demandas burocráticas, a fragilidade dos vínculos empregatícios, a insuficiência de infraestrutura escolar, a incorporação acelerada das tecnologias digitais, o adoecimento físico e mental e a crescente responsabilização docente pelos resultados educacionais.

Os estudos nacionais e internacionais convergem ao reconhecer que a valorização dos profissionais da educação constitui elemento indispensável para a melhoria da qualidade do ensino. Organismos como a UNESCO e a OCDE alertam para uma crise global da profissão docente, caracterizada pela dificuldade de recrutamento, retenção e permanência de professores, cenário igualmente observado no contexto brasileiro. Tal realidade evidencia que políticas educacionais centradas exclusivamente em indicadores de desempenho ou em reformas curriculares mostram-se insuficientes quando desconsideram as condições concretas de trabalho e o bem-estar dos profissionais responsáveis pela efetivação das políticas públicas educacionais.

Os resultados também demonstram que a intensificação do trabalho docente tem produzido impactos significativos sobre a saúde ocupacional, favorecendo o crescimento dos casos de estresse, ansiedade, síndrome de burnout e afastamentos por adoecimento. Paralelamente, a ampliação das atribuições administrativas e tecnológicas reduziu o tempo destinado ao planejamento pedagógico, à formação continuada e ao desenvolvimento de práticas inovadoras, comprometendo tanto o desempenho profissional quanto os processos de ensino e aprendizagem.

Outro aspecto evidenciado refere-se à expansão das contratações temporárias e à fragilidade das carreiras docentes nas redes públicas de ensino. A literatura aponta que a instabilidade funcional compromete a continuidade das práticas pedagógicas, reduz a atratividade da profissão e dificulta a construção de projetos educacionais de longo prazo. Nesse contexto, políticas permanentes de valorização profissional, associadas à remuneração adequada, planos de carreira estruturados, formação continuada, melhoria das condições de trabalho e promoção da saúde docente, configuram estratégias essenciais para o fortalecimento da educação pública.

Embora a literatura recente apresente avanços significativos na compreensão da precarização docente, ainda são identificadas lacunas relacionadas à produção de estudos longitudinais capazes de avaliar os impactos das políticas implementadas após a pandemia, bem como pesquisas comparativas entre diferentes estados e municípios brasileiros. Da mesma forma, torna-se necessária maior produção científica acerca dos efeitos da inteligência artificial, da transformação digital e das novas formas de organização do trabalho escolar sobre a profissão docente.

Conclui-se, portanto, que enfrentar a precarização do trabalho docente exige ações articuladas entre União, estados e municípios, fundamentadas em políticas públicas estruturantes que promovam a valorização profissional, assegurem condições dignas de trabalho e fortaleçam a permanência dos professores na carreira. Investir na valorização docente representa não apenas uma estratégia de gestão de

peçoas, mas uma condição indispensável para garantir educação pública de qualidade, reduzir desigualdades educacionais e assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais do direito à educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.utfpr.edu.br/acervo/270084>. Acesso em: 8 jul. 2026.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARARIPE, Juliana Pereira Gonçalves de Andrade; LINS, Walquíria Castelo Branco. **Competências digitais na formação inicial de professores**. São Paulo: Centro de Inovação para a Educação Brasileira, 2020.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede: Revista de Educação a Distância**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jul. 2008.

CARLOTTO, Mary Sandra. **Síndrome de Burnout em professores: avaliação, fatores associados e intervenção**. Porto: LivPsic, 2012.

CUNHA, Saulo Daniel Mendes; MATOS SOBRINHO, José de Andrade; SILVEIRA, Aparecida Rosângela; SAMPAIO, Cristina Andrade. Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e36820, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469836820>. Acesso em: 15 jul. 2026.

DARLING-HAMMOND, Linda et al. **Empowered educators: how high-performing systems shape teaching quality around the world**. San Francisco: Jossey-Bass, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DUARTE, Adriana Maria Cancelli et al. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.

FERREIRA, Denize Cristina Kaminski; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. Professores temporários: flexibilização das contratações e condições de trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, maio/ago. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FULLAN, Michael. **Leading in a culture of change**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2020.

GATTI, Bernardete A.; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília, DF: UNESCO, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MASSUIA, A. P. F.; JOHANN, E. M.; SANTOS, G. de S. G. N. dos; HOFFMANN, V. L. S.; SOUZA, V. D. B. de. Saúde mental docente: fatores associados ao adoecimento e desafios para a promoção da qualidade de vida no trabalho docente. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 11, n. 7, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv11i7.3107>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **The burnout challenge**: managing people's relationships with their jobs. Cambridge: Harvard University Press, 2022.

NÓVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OECD. **Education at a Glance 2024**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024a.

OECD. **Education Policy Outlook 2024**: reshaping teaching into a thriving profession from ABCs to AI. Paris: OECD Publishing, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/dd5140e4-en>. Acesso em: 29 jul. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Acesso em: 5 ago. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 713-732, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v15i33.1362>. Acesso em: 11 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **International Classification of Diseases (ICD-11)**. Geneva: WHO, 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, Amanda Moreira; MOTTA, Vânia Cardoso. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO; INTERNATIONAL TASK FORCE ON TEACHERS FOR EDUCATION 2030. **Global Report on Teachers**: addressing teacher shortages and transforming the profession. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54675/FIGU8035>. Acesso em: 23 ago. 2026.